

R E S O L U Ç Ã O N º 466/74

DISPÕE SOBRE A REABILITAÇÃO DE QUEM TEVE SUA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO CASSADA.

O Conselho Nacional de Trânsito,

Considerando que a legislação de trânsito não especificou que a cassação da Carteira Nacional de Habilitação é punição de caráter irreversível;

Considerando que as próprias interdições de direito da lei penal têm prazo definido;

Considerando que, em alguns casos, a punição não indica que o infrator não possa ser recuperado;

Considerando o que ficou decidido na reunião de 04 de setembro de 1973 (Processo 133/73);

Considerando o disposto no inciso XLIII do artigo 9º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968;

R E S O L V E

Art. 1º - A pena de cassação da Carteira Nacional de Habilitação prevista no artigo 97 do Código Nacional de Trânsito e artigo 200 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, transitada em julgado, inutiliza a validade de todos os exames a que se submeteu o condutor para obtenção da sua Carteira Nacional de Habilitação e o torna inabilitado para conduzir qualquer espécie de veículo automotor.

Art. 2º - Decorridos mais de 24 meses de efetivo cumprimento da pena, o interessado poderá candidatar-se à reabilitação, perante a autoridade de trânsito do seu domicílio, desde que com - prove:

- a) que deixaram de existir os motivos determinantes da cassação;
- b) haver quitado as penas pecuniárias, porventura impostas por autoridades de trânsito até a data do pedido de reabilitação;
- c) haver restituído, oportunamente, a Carteira Nacional de Habilitação que lhe fora cassada.

Parágrafo Único - Quando a cassação for decorrente de de feito físico o interessado poderá, a qualquer tempo, requerer sua reabilitação.

Art. 3º - Da decisão da autoridade de trânsito que denegar o pedido de reabilitação, caberá recurso ao Conselho Nacional de Trânsito no prazo de trinta dias, contados da publicação da decisão no órgão oficial ou do conhecimento, por qualquer modo, pelo infrator.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília - DF., 31 de janeiro de 1974.

SYLVIO CARLOS DINIZ BORGES - Presidente

Publicado no D.O. de 08/02/74.